



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria da Receita
Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários
Programa Nota Legal

Números acumulados no Programa Nota Legal até JUNHO de 2022:	
CRÉDITOS DISTRIBUÍDOS	R\$ 1.590.321.410,46
DOCUMENTOS FISCAIS	1.094.556.098
EMPRESAS PARTICIPANTES	179.620
CONSUMIDORES CADASTRADOS ATÉ 09/02/2022	1.438.627

NÚMERO DE NOVOS INSCRITOS

(Os números abaixo apontam quantos consumidores, por ano, se inscreveram no Programa Nota Legal)

NOVOS INSCRITOS

ANO	NOVOS INSCRITOS
2008	12.611
2009	112.538
2010	60.230
2011	200.189
2012	233.960
2013	173.258
2014	92.154
2015	85.155
2016	65.353
2017	71.848
2018	77.145
2019	78.316
2020	70.009
2021	59.827
2022	39.877

Meta proposta para 2022: 60.000 novos inscritos

Finalizada a pandemia e considerando histórico dos exercícios anteriores, acreditamos que o total de 60 mil novos consumidores por ano é uma meta bastante razoável;

Providências a serem tomadas no caso de não atingimento das metas estabelecidas

- investigação das possíveis causas (desinteresse da população, dificuldades de acesso ao site, etc);
- gestão junto à ASCOM para maior divulgação do Programa Nota Legal em momentos específicos durante o ano, especialmente durante o período de indicação e durante as fases do sorteio;
- estudo de alteração da premiação do sorteio de forma a incentivar que mais consumidores se cadastrem no Programa Nota Legal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria da Receita
Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários
Programa Nota Legal

QUANTIDADE RECLAMAÇÕES A CADA 10.000 DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA

(Os números abaixo demonstram quantas reclamações foram feitas pelos consumidores a cada 10.000 documentos inseridos no sistema do Nota Legal)

ANO	NOVOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA (A)	RECLAMANTES	RECLAMAÇÕES (B)	N. DE RECLAMAÇÕES A CADA 10.000 DOCS INSERIDOS NO SISTEMA (B*10.000/A)
2009	2.060.252	9.021	52.481	254,73
2010	11.120.525	35.594	291.462	262,09
2011	35.446.984	101.280	823.946	232,44
2012	66.983.557	202.225	1.902.931	284,09
2013	87.354.282	145.993	1.083.383	124,02
2014	97.995.874	110.938	747.699	76,30
2015	100.384.919	94.837	687.547	68,49
2016	103.601.447	60.245	587.944	56,75
2017	112.704.142	62.733	726.012	64,42
2018	136.885.263	44.969	660.389	48,24
2019	157.969.999	13.981	71.944	4,55
2020	141.834.595	9.516	73.320	5,17
2021	113.599.212	1506	14.682	1,29
2022	17.938.989	631	2.157	1,20

* dados de 2022 até o mês de fevereiro

Obs1: o declínio no número de reclamações demonstra os resultados do trabalho do Nota Legal. Com orientação aos contadores, bem como autuação das empresas infratoras, constata-se crescente regularidade na emissão de documentos fiscais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria da Receita
Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários
Programa Nota Legal

Obs2: a implementação da emissão exclusiva de documentos fiscais eletrônicos (NFe e NFCe), iniciada em junho de 2018 e finalizada em junho de 2019, contribuiu fortemente com a redução do número de reclamações.

Meta proposta para 2022: 10 reclamações a cada 10.000 documentos

Em 2020 esse índice foi de 5,17 reclamações a cada 10.000 documentos emitidos. Significa que 0,05% dos documentos emitidos provocaram reclamação do consumidor. É um índice extremamente baixo, resultado de toda a evolução dos últimos anos, tanto no sistema de autorização de documentos eletrônicos quanto no Programa Nota Legal;

Por esse motivo, entendemos que o índice proposto de 10 reclamações a cada 10.000 documentos (percentual de 0,1%) é um índice extremamente satisfatório;

Providências a serem tomadas no caso de não atingimento das metas estabelecidas

- análise das possíveis causas do aumento no número de reclamações (problemas de sistemas, fraudes, sonegação, etc), com posterior definição de estratégias;
- melhoria no sistema de gestão de documentos fiscais eletrônicos, para que os documentos sejam carregados imediatamente após a sua autorização. Essa carga automática diminuiu consideravelmente a possibilidade de reclamação do consumidor;
- monitoramento de contribuintes que podem estar autorizando o documento eletrônico sem o CPF do consumidor.

INDICAÇÕES PARA ABATER EM IPVA E IPTU

Ano	Consumidores que efetuaram a indicação	IPVA		IPTU		Total indicado (R\$)
		Nº de veículos	Valor (R\$)	Nº de imóveis	Valor (R\$)	
2010	18.295	13.872	350.950,46	3.098	110.709,09	461.659,55
2011	106.216	75.290	17.289.536,12	20.245	5.762.509,57	23.052.045,69
2012	256.182	181.394	60.180.450,01	53.378	18.474.675,67	78.655.125,68
2013	330.634	248.820	71.445.323,55	63.543	19.053.872,13	90.499.195,68
2014	347.263	252.922	62.537.202,11	62.334	16.028.635,80	78.565.837,91
2015	374.791	271.145	62.623.706,07	63.183	15.517.854,52	78.141.560,59
2016	380.768	276.330	65.624.418,13	63.613	16.179.987,02	81.804.405,15
2017	377.749	256.442	51.430.236,91	71.921	15.382.061,55	66.812.298,47
2018	356.573	244.635	44.403.340,94	65.036	12.628.261,46	57.031.602,40
2019	292.912	204.674	43.873.455,78	50.293	11.686.455,73	55.559.911,51
2020	253.401	185.187	39.546.369,52	55.326	12.797.112,02	52.343.481,55
2021	214.537	158.021	29.898.974,49	51.906	10.466.222,57	40.365.197,06
2022	279.560	205.371	43.625.183,20	71.899	16.003.318,58	59.628.501,79



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria da Receita
Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários
Programa Nota Legal

INDICAÇÕES PARA DEPÓSITO BANCÁRIO

Ano	Consumidores que efetuaram a indicação	Conta corrente		Conta de poupança		Total indicado (R\$)
		Nº de contas	Valor (R\$)	Nº de contas	Valor (R\$)	
2013	17.929	12.314	1.236.637,67	5.615	429.253,48	1.665.891,15
2014	26.959	16.619	2.251.764,34	10.340	1.030.733,22	3.282.497,56
2015	29.695	17.975	2.620.915,60	11.720	1.279.637,60	3.900.553,20
2016	34.730	20.406	3.049.016,94	14.323	1.589.697,99	4.638.745,05
2017	23.720	13.780	1.810.996,97	9.940	915.540,99	2.726.537,96
2018	16.901	9.911	1.275.585,38	6.990	5.347.732,21	6.623.317,59
2019	292.912	204.674	43.873.455,78	50.293	11.686.455,73	55.559.911,51
2020	161.242	125.868	24.854.881,66	35.374	4.234.065,97	29.088.947,64
2021	96.061	77.447	14.994.784,32	18.614	2.169.613,55	17.164.397,86

* o período de indicações para depósito bancário de 2022 foi alterado para o mês de julho